



**Assembleia Legislativa do Estado do Acre  
Legisla-e**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 115, DE 31 DE DEZEMBRO 2002**

Altera dispositivos da Lei Complementar n. 63, de 13 de janeiro de 1999.

**Data de Criação**

31/12/2002

**Data de Publicação**

24/01/2003

**Diário de Publicação**

Publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 8461, de 24/01/2003

**Origem**

Não informada

**Tipo**

Lei Complementar

**Temática**

- Alteração de Dispositivos

**Autoria**

- Poder Executivo

**Altera**

- Lei Complementar Nº 63/1999

**Alterada por**

- Sem Alterações

## Texto da Lei

### LEI COMPLEMENTAR N. 115, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2002

"Altera dispositivos da Lei Complementar n. 63, de 13 de janeiro de 1999."

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

**FAÇO SABER** que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre aprova e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** A Lei Complementar n. 63, de 13 de janeiro de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**“Art. 11.** As unidades setoriais de planejamento, orçamento, controle interno e desenvolvimento econômico-sustentável têm a incumbência de assessorar diretamente o Secretário de Estado nas tarefas referentes ao Sistema de Planejamento, Informações e Desenvolvimento Sustentável, conforme dispuser a respeito decreto do Poder Executivo.

... ” (NR)

**“Art. 14.** O quadro de detalhamento da despesa será divulgado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico-Sustentável, ficando a cargo de cada órgão a administração e a execução dos planos de aplicação das dotações orçamentárias.” (NR)

**“Art. 15.** ...

...

**§ 2º** A coordenação do planejamento, a nível geral, será exercida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico- Sustentável, órgão central e, a nível setorial, pelas unidades setoriais de planejamento.” (NR)

Página 2 de 29

**“Art. 32.** Todas as informações técnicas na administração direta, sob a forma de estatística, indicadores, cadastros econômicos, anuários, boletins, estudo de previsões oficiais e outros ficarão, obrigatoriamente, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico-Sustentável, que tratará de uniformizá-las e divulgá-las sistematicamente entre os órgãos interessados.

**Parágrafo único.** A Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico-Sustentável orientará as demais Secretarias sobre a sistematização de coleta, agregação, circulação de informações, capacitação de pessoal e uso de equipamentos para essas atividades.”

(NR)

**“Art. 35.** O controle e o acompanhamento substantivo, a análise da eficiência operacional e a avaliação dos resultados obtidos pelos programas e ações governamentais serão exercidos por todas as Secretarias de Estado, com o apoio técnico especializado da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico-Sustentável, em articulação com a Secretaria interessada, através de:

...

**IV -** adequação do volume das liberações financeiras, em conjunto com a Secretaria de Estado de Finanças e Gestão Pública.” (NR)

**“Art. 38.** A organização da Administração do Poder Executivo nortear-se-á por cinco áreas de atuação, sendo elas:

**I –** Área de Gestão e Desenvolvimento Econômico-Sustentável;

**II –** Área de Finanças e Gestão Pública;

**III –** Área de Desenvolvimento Humano e Inclusão Social;

**IV –** Área de Infra-Estrutura e Integração; e

**V –** Área de Gestão e Segurança Institucional.

**Parágrafo único.** As áreas de Gestão e Desenvolvimento Econômico-Sustentável; Finanças e Gestão Pública; Desenvolvimento Humano e Inclusão Social; Infra-Estrutura e Integração; e Gestão e Segurança Institucional serão, respectivamente, coordenadas e supervisionadas pelas Secretarias de Planejamento e

Desenvolvimento Econômico-Sustentável; Finanças e Gestão Pública; Desenvolvimento Humano e Inclusão Social; Infra-Estrutura e Integração e Justiça e Segurança Pública, conjuntamente com o Gabinete do Governador.” (NR)

“Art. 39. ...

...

**IV** - nível de administração sistêmica - compreendendo as unidades setoriais prestadoras de serviço nas áreas de planejamento, administração e finanças, coordenadas, respectivamente, pelas Secretarias de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico-Sustentável, Organização e Modernização e Finanças e Gestão Pública” (NR)

“Art. 40. A Administração Pública Estadual compõe-se da seguinte estrutura organizacional básica:

#### **I - Administração Direta**

##### **1. Governadoria:**

##### **1.1. Órgãos Consultivos e de Assessoramento:**

- a) Conselho de Estado;
- b) Gabinete do Governador; e
- c) Gabinete Militar.

##### **2. Vice-Governadoria:**

- a) Gabinete do Vice-Governador.

##### **3. Órgãos Essenciais à Administração da Justiça:**

- a) Ministério Público Estadual;
- b) Procuradoria-Geral do Estado; e
- c) Defensoria Pública-Geral.

##### **4. Secretarias de Estado:**

#### **4.1. da Área de Gestão e Segurança Institucional:**

- a) Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública;
- b) Polícia Civil;
- c) Polícia Militar; e
- d) Corpo de Bombeiros Militar.

#### **4.2. da Área de Gestão e Desenvolvimento Econômico-Sustentável:**

- a) Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico-Sustentável;
- b) Secretaria de Floresta;
- c) Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar;
- d) Secretaria de Agropecuária;
- e) Secretaria de Turismo;
- f) Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais; e
- g) Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural.

#### **4.3. da Área de Finanças e Gestão Pública:**

- a) Secretaria de Estado de Finanças e Gestão Pública;
- b) Secretaria de Estado do Servidor e do Patrimônio Público; e
- c) Secretaria de Estado de Modernização e Tecnologia da Informação.

#### **4.4. da Área de Desenvolvimento Humano e Inclusão Social:**

- a) Secretaria de Desenvolvimento Humano e Inclusão Social;
- b) Secretaria de Estado de Educação;
- c) Secretaria de Estado de Saúde;
- d) Secretaria de Estado de Comunicação;
- e) Secretaria de Estado de Cidadania e Assistência Social;
- f) Secretaria Extraordinária da Juventude;

- g) Secretaria Extraordinária da Mulher;
- h) Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas; e
- i) Secretaria Extraordinária do Esporte.

#### **4.5. da Área de Infraestrutura e Integração:**

- a) Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Integração; e
- b) Secretaria de Obras Públicas.

#### **II - Administração Indireta:**

##### **1. Vinculada à Secretaria de Estado de Saúde:**

- a) Fundação Hospitalar do Estado do Acre – FUNDHACRE;

##### **2. Vinculados à Secretaria de Justiça e Segurança Pública:**

- a) Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN; e
- b) Departamento de Administração Penitenciária – DAP.

##### **3. Vinculada à Secretaria de Estado do Servidor e do Patrimônio Público:**

- a) Fundação Escola do Servidor Público do Estado do Acre – FESPAC.

##### **4. Vinculado à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais:**

- a) Instituto de Meio Ambiente do Estado do Acre – IMAC.

##### **5. Vinculados à Secretaria de Estado de Finanças e Gestão Pública:**

- a) Junta Comercial-JUCEA
- b) Companhia Industrial de Laticínios do Acre – CILA;
- c) Companhia de Desenvolvimento Industrial do Acre – CODISACRE;

- d) Companhia de Saneamento do Estado do Acre – SANACRE;
- e) Companhia de Habitação do Estado do Acre – COHAB;
- f) Companhia de Colonização do Acre – COLONACRE;
- g) Empresa de Processamento de Dados do Acre – ACREDATA;
- h) Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social do Acre – FADES;
- i) Fundação de Desenvolvimento dos Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto – FDRHC; e
- j) BANACRE, em liquidação ordinária.

#### **6. Vinculados à Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Integração:**

- a) Departamento de Desenvolvimento das Cidades e Habitação;
- b) Departamento Estadual de Estradas de Rodagem – DERACRE;
- c) Departamento Estadual de Água e Saneamento – DEAS; e
- d) Agência Estadual Reguladora de Serviços Públicos.

#### **7. Vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Inclusão Social:**

- a) Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour – FEM.

#### **8. Vinculada à Secretaria de Cidadania e da Assistência Social:**

- a) Fundação do Bem-Estar Social do Acre - FUNBESA

#### **9. Vinculados à Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico-Sustentável:**

- a) Agência de Negócios do Acre – ANAC
- b) Fundação de Tecnologia do Acre – FUNTAC;
- c) Instituto de Terras do Acre - ITERACRE;

d) Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal-IDAF;

e) Agência de Fomento; e

f) Escritório de Apoio em Brasília.” (NR)

“**Art. 41.** Haverá, na estrutura básica das Secretarias de Estado:

I - Secretaria Adjunta;

II - Secretaria Executiva;

III - Assessoria Especial; e

IV – Gerências.

**§ 1º** As Secretarias Adjuntas, os cargos de Secretários Executivos e as Assessorias Especiais poderão ser instalados por necessidade e conveniência do Poder Executivo.

...

**4º** Para atender a estrutura criada nesta lei, o provimento de cargos fica limitado à quantidade de onze cargos de Secretário Adjunto, quatorze de Assessor Especial, quatorze de Secretário Executivo e nove cargos distribuídos entre Diretores de Autarquia e Fundação.(NR)

**§ 5º** A remuneração dos cargos de Secretário Adjunto, Assessor Especial, Secretário Executivo e Diretores de Autarquias e Fundações será de noventa por cento dos subsídios do Secretário de Estado. (NR)

...

**§ 7º** A remuneração dos cargos de Diretor-Presidente de Autarquias e Fundações corresponderá ao valor do cargo de Secretário de Estado.(NR)

**§ 8º** Caberá ao Secretário Executivo, titular do cargo a que se refere o inciso II, além da supervisão e da coordenação das atividades integrantes da estrutura da Secretaria de Estado, exercer as funções que lhe forem atribuídas pelo Secretário de Estado.(NR)

**§ 9º** As Gerências destinar-se-ão aos gestores de áreas, programas,, projetos, atividades e subatividades, correspondendo a cargos em comissão, para o desempenho de atividades na estrutura da Administração Pública.” (NR)

“**Art. 42.** Os Chefes dos Gabinetes Militar e do Governador, o Procurador-Geral da Justiça e o Procurador-Geral do Estado têm *status*, deveres e prerrogativas de Secretário de Estado. “(NR)

### **Seção III**

#### **Do Gabinete do Governador**

“**Art. 48.** O Gabinete do Governador tem como atribuição prestar assistência e assessoramento ao Chefe do Executivo no trabalho de questões, providências e iniciativas do seu expediente particular, inclusive: (NR)

**I** - a realização de pesquisas, estudos, levantamentos, investimentos especiais e quaisquer outras missões ou atividades de interesse do Estado;

**II** - exercer as funções de representação política do Governador com os demais Poderes, autoridades civis e militares;

**III** - prover e administrar os bens do Estado utilizados pelo Governador;

**IV** - proceder a recepção, estudo e triagem do expediente encaminhado ao Governador, transmitir e controlar a execução das ordens e determinações dele emanadas;

**V** - coordenar as projeções do Governo do Estado localizadas em outras unidades da Federação;

**VI** - elaborar mensagem de encaminhamento de projeto de lei;

**VII** - coordenar a elaboração da mensagem anual do Governador à Assembléia Legislativa;

**VIII** - proceder a administração geral do Palácio Rio Branco e das residências oficiais do Governador;

**IX** - organizar e realizar o cerimonial;

**X** - assessorar o Governador no trâmite de projeto de lei na Assembléia Legislativa;

**XI** - promover a elaboração e publicação dos atos oficiais; e

**XII** - coordenar as medidas relativas ao cumprimento dos prazos de pronunciamentos, pareceres e informações solicitadas pela Assembléia Legislativa.

**Parágrafo único.** Fica autorizada a instalação de gerências e assessorias especiais na estrutura do Gabinete do Governador, a fim de propiciar o desempenho das atividades que lhes sejam correlatas, bem como de Gabinetes auxiliares às funções de Governo.” (NR)

## **Seção VIII**

### **Da Vice-Governadoria**

“**Art. 53.** À Vice-Governadoria, dentre outras atribuições legais, compete:

**I** - prestar assistência direta e imediata ao Vice-Governador nas suas relações políticas e sociais;

**II** - proceder a recepção, estudo e triagem de expediente encaminhado ao Vice-Governador;

**III** - articular os meios administrativos necessários ao funcionamento da Vice-Governadoria;

**IV** - realizar outras atividades determinadas; e

**V** - prover e administrar os bens do Estado utilizados pelo Vice-Governador.

**Parágrafo único.** Fica autorizada a instalação de gerências e assessorias especiais na estrutura do Gabinete do Vice-Governador, a fim de propiciar o desempenho das atividades que lhes sejam correlatas.” (NR)

## **CAPÍTULO III**

### **Da Área de Gestão e Segurança Institucional**

#### **Seção I**

#### **Da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública**

“**Art. 56A.** Compete à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, dentre outras atribuições previstas na lei :

**I** - planejar, formular e executar a política e diretrizes de segurança pública, coordenando e integrando as atividades da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, visando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio;

**II** - formular e executar, em conjunto com a Secretaria de Estado de Trabalho e Cidadania, a política de recuperação e reintegração social do preso;

**III** – supervisionar e coordenar os Departamentos de Administração Penitenciária e Estadual de Trânsito;

**IV** - prover a Academia de Polícia Civil, dando-lhe condições de executar a política de capacitação dos seus integrantes, a fim de que possam desempenhar suas atribuições com respeito à lei e ao cidadão;

**V** - promover campanhas educacionais e de fins preventivos;

**VI** - promover a prevenção e repressão de infrações penais;

**VII** - propiciar a segurança e tranquilidade, bem como garantir o livre exercício dos direitos e da cidadania; e

**VIII** – gerenciar o serviço de inteligência do Sistema de Segurança Pública do Estado do Acre.” (NR)

## **Seção II**

### **Da Polícia Militar**

“**Art. 58.** A Polícia Militar, força pública estadual, instituição de natureza permanente, integrante do Sistema de Segurança Pública, terá como Comandante-Geral Oficial Superior de Carreira, podendo ser da reserva remunerada, do último posto da Corporação, que for convocado para o serviço ativo, dando continuidade à carreira policial-militar, incumbindo-lhe a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, nos termos do art. 136 da Constituição Estadual.” (NR)

## **Seção III**

### **Do Corpo de Bombeiros Militar**

“**Art. 59.** ...

...

**IX** - desenvolver atividades do serviço de prevenção em geral. (NR)

“**Art. 59A.** São executores dos programas da área de Segurança Pública as seguintes

instituições e entidades:

**a)** Polícia Militar;

**b)** Polícia Civil;

**c)** Corpo de Bombeiros Militar;

**d)** Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN; e

**e)** Departamento de Administração Penitenciária – DAP.”(NR)

## **CAPÍTULO IV**

### **Seção I**

#### **Da Gestão e do Desenvolvimento Econômico-Sustentável**

##### **Subseção I**

#### **Da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico-Sustentável**

“**Art. 60.** À Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico-Sustentável - SEPLANDS, dentre outras atribuições previstas em lei, compete:

**I** - ...

**II** – elaborar, promover e coordenar estudos, pesquisas, estatísticas e indicadores aplicados à gestão;

**III** - ...

**IV** - coordenar e avaliar, em conjunto com órgãos e instituições governamentais, a execução de programas e projetos incluídos na programação orçamentária do Estado;

**V** - promover e apoiar a modernização do sistema de informações cartográficas e sócio- econômicas do Estado e divulgá-las sistematicamente;

**VI** - ...

**VII** – promover e coordenar a cooperação nacional e as relações internacionais;

**VIII** - elaborar, coordenar, controlar e avaliar a política de desenvolvimento e incentivos industriais;

**IX** - promover e coordenar o sistema de marcas e patentes e certificações;

**X** - promover e coordenar os serviços necessários à execução das políticas públicas de trabalho;

**XI** - estabelecer diretrizes e coordenar as ações em matéria de qualificação profissional, geração de emprego e renda;

**XII** - organizar e coordenar sistema de informação e pesquisa sobre mercado de trabalho referente a mão-de-obra e disponibilidade de recursos humanos, bem como diagnósticos sócio- econômicos do Estado;

**XIII** - formular e promover a execução de políticas de desenvolvimento do extrativismo, da agropecuária, da indústria, do comércio e do turismo;

**XIV** - formular políticas de ocupação territorial, de colonização e associativismo;

**XV** - promover a execução de políticas de estímulo aos setores produtivos, compreendendo o financiamento, a assistência técnica, o fomento, a garantia da produção, a inovação e a difusão de tecnologias;

**XVI** - criar mecanismos informais e institucionais de cooperação com a iniciativa privada e de participação das organizações civis nas decisões e implementação das políticas de desenvolvimento econômico;

**XVII** - fazer a coordenação, avaliação, acompanhamento e controle da execução dos planos, programas e projetos de desenvolvimento sustentável;

**XVIII** - promover a articulação entre o setor público e o setor produtivo, visando o desenvolvimento de programas e projetos, bem como a transferência de tecnologias, para o desenvolvimento sustentável do Estado;

**XIX** – orientar e coordenar o zoneamento econômico-ecológico do território estadual;  
e

**XX** – orientar e coordenar a política fundiária do Estado.” (NR)

## **Subseção II**

### **Da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais**

“**Art. 60A.** À Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais, dentre outras atribuições previstas em lei, compete:

- I** - elaborar, coordenar e supervisionar a Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de acordo com legislação e diretrizes do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SNCTMA;
- II** - criar e gerenciar um sistema ambiental para o Estado, interagindo com outros sistemas nos níveis federal, estadual e municipal;
- III** - promover a articulação e integração entre o setor público e a comunidade científica, tecnológica e ambientalista, nacional e internacional;
- IV** - promover e apoiar a capacitação técnica nas áreas do conhecimento científico, tecnológico e ambiental;
- V** - planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de acesso aos Recursos Genéticos do Estado do Acre;
- VI** - apoiar a elaboração e implementação de políticas de ocupação dos espaços urbanos do Estado;
- VII** – realizar e monitorar o zoneamento econômico-ecológico do território estadual; e
- VIII** – conceber e executar as políticas de controle, monitoramento, fiscalização, licenciamento e educação ambiental.” (NR)

### **Subseção III**

#### **Da Secretaria de Floresta**

“**Art. 60B.** À Secretaria de Floresta, dentre outras atribuições previstas na sua regulamentação, por ato do Poder Executivo, compete:

- I** – formular, promover e coordenar a execução de políticas públicas referentes à produção florestal, serviços ambientais, biodiversidade e unidades de conservação de uso sustentável;
- II** - elaborar, promover e coordenar a execução de programas de desenvolvimento florestal sustentáveis;
- III** – promover e coordenar o processo de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização de produtos florestais;
- IV** – administrar, direta ou indiretamente, as unidades de conservação de uso sustentável;
- V** - promover a infra-estrutura para escoamento da produção, eletrificação rural e de comunicação.” (NR)

## **Subseção IV**

### **Da Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar**

**“Art. 60C.** À Secretaria de Extrativismo e Produção familiar, dentre outras atribuições previstas na sua regulamentação, por ato do Poder Executivo, compete:

**I** - formular, promover e coordenar a execução de políticas públicas para o setor extrativista e a produção familiar;

**II** - elaborar, promover e coordenar a execução de programas e projetos para o desenvolvimento do extrativismo e da agricultura familiar;

**III** - promover a execução de estímulo ao extrativismo e à agricultura familiar, compreendendo financiamento, assistência técnica, fomento, garantia da produção, inovação e difusão de tecnologias;

**IV** – promover e coordenar o processo de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização de produtos de origem extrativista e da produção familiar;

**V** - fomentar, promover e coordenar o cooperativismo e associativismo rural e extrativista;

**VI** – promover a infra-estrutura para escoamento da produção, eletrificação rural e de comunicação.” (NR)

## **Subseção V**

### **Da Secretaria de Agropecuária**

**“Art. 60D.** À Secretaria de Agropecuária, dentre outras atribuições previstas na sua regulamentação, por ato do Poder Executivo, compete:

**I** - formular, promover e coordenar a execução de políticas públicas para o setor agropecuário;

**II** – formular, promover e coordenar o incentivo à produção e fomento agropecuário, inclusive da atividade pesqueira;

**III** – promover e coordenar o processo de produção, criação, beneficiamento, industrialização e comercialização dos produtos agropecuários;

**IV** – fomentar e promover a realização de eventos que divulguem os produtos agropecuários no mercado interno e externo;

**V** - fomentar e promover a proteção, conservação e manejo do solo;

**VI** - fomentar, promover e coordenar a classificação, certificação e inspeção de produtos e derivados animais e vegetais;

**VII** - fomentar, promover e coordenar o cooperativismo e associativismo rural; e

**VIII** - promover a infra-estrutura para escoamento da produção, eletrificação rural e de comunicação.” (NR)

## **Subseção VI**

### **Da Secretaria de Turismo**

“**Art. 60E.** À Secretaria de Turismo, dentre outras atribuições previstas na sua regulamentação, por ato do Poder Executivo, compete:

**I** – propor as normas e medidas necessárias à execução da política estadual de turismo e executar as decisões que, para esse fim, lhes sejam recomendadas;

**II** – estimular as iniciativas públicas e privadas, o desenvolvimento do turismo estadual, regional e internacional;

**III** – promover e divulgar o turismo estadual, no país e no exterior, de modo a ampliar o ingresso e a circulação de fluxos turísticos no território acreano;

**IV** – promover, junto às autoridades competentes, os atos e medidas necessárias ao desenvolvimento das atividades turísticas e à melhoria ou aperfeiçoamento dos serviços oferecidos aos turistas;

**V** – estimular as iniciativas destinadas a preservar o ambiente natural e a fisionomia social e cultural dos locais turísticos e das populações afetadas pelo seu desenvolvimento, em articulação com os demais órgãos e entidades competentes;

**VI** – promover e coordenar planos, programas e projetos que visem o desenvolvimento da indústria de turismo;

**VII** - analisar o mercado turístico e planejar o seu desenvolvimento, definindo as áreas, empreendimentos e ações prioritárias a serem estimuladas e incentivadas;

**VIII** – estimular e fomentar a ampliação, diversificação, reforma e melhoria da qualidade da infra-estrutura turística; e

**IX** - fomentar, promover e coordenar o cooperativismo e associativismo turístico.” (NR)

## Subseção VII

### Da Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural - Florestal

“**Art. 60F.** À Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural - Florestal, dentre outras atribuições previstas na sua regulamentação, por ato do Poder Executivo, compete:

**I** - formular, promover, coordenar e fomentar a execução de políticas públicas para a assistência técnica e extensão rural - florestal;

**II** - fomentar, promover e coordenar o cooperativismo e associativismo rural e florestal;

**III** – promover através da parceria pública e privada a construção do desenvolvimento rural/florestal sustentável, com base nos princípios da agroecologia e manejo florestal, através de ações de assistência técnica e de extensão rural e mediante processos educativos e participativos;

**IV** - apoiar a ampliação da produção de alimentos "limpos" e produtos extrativistas manejados, através da implementação de estilos de agricultura, pecuária, sistemas agro-florestais e extrativismo, com base ecológica e de manejo florestal sustentável;

**V** - difundir o uso de práticas de manejo ecológico do solo e de manejo florestal sustentável, apoiando ações de preservação de recursos naturais;

**VI** - valorizar o trabalho das famílias rurais e extrativistas, estimular e orientar a formação de agroindústrias familiares, por ser uma via de promoção do desenvolvimento local e regional;

**VII** - apoiar o melhor desempenho da produção leiteira, na busca de alternativas capazes de assegurar o seu desenvolvimento auto-sustentado;

**VIII** – responder, junto com o IDAF, pela realização de serviços de classificação dos produtos de origem vegetal e florestal, estabelecendo um elo entre produção e consumo;

**IX** - contribuir para a elaboração de programas destinados a garantir a produção de subsistência e a melhoria da qualidade de vida nos assentamentos, apoiando ao mesmo tempo os processos orientados ao desenvolvimento social e econômico das famílias assentadas;

**X** - desenvolver programas centrados na melhoria do saneamento básico, da saúde e da alimentação das populações rurais;

**XI** - estimular e apoiar a organização dos jovens rurais, assim como as ações que assegurem maior visibilidade aos problemas sociais e econômicos por eles enfrentados;

**XII** - orientar e estimular a produção e o abastecimento de alimentos, contribuindo para a sua justa distribuição e defendendo o direito de acesso a toda a população;

**XIII** - apoiar o processo produtivo agrícola-pecuário, extrativismo florestal e pesqueiro, voltados para a melhoria da qualidade dos alimentos e produtos extrativos, com a oferta de produtos sustentáveis, saudáveis e livres de resíduos de agrotóxicos e outros contaminantes;

**XIV** - apoiar iniciativas locais e regionais de produção, comercialização e agroindustrialização de produtos agropecuários e extrativistas; e

**XV** – prestar assistência creditícia aos produtores rurais e extrativistas.” (NR)

## **Subseção VIII**

### **Escritório de Apoio em Brasília**

“**Art. 60G.** Ao Escritório de Apoio em Brasília, dentre outras atribuições legais, compete:

**I** - assistir aos parlamentares da Bancada do Acre na Câmara dos Deputados e Senado Federal;

**II** - representar o Governador e demais autoridades estaduais, quando para isto for designado;

**III** - acompanhar a liberação de recursos, programas, projetos e atividades de interesse do Estado; e

**IV** - prestar assistência, nos limites de sua competência administrativa e financeira, na área de comunicação, assistência social e demais incumbências previstas em lei.” (NR)

## **Seção II**

### **Das Finanças e Gestão Pública**

#### **Subseção I**

#### **Da Secretaria de Estado de Finanças e Gestão Pública**

“**Art. 61.** À Secretaria de Estado de Finanças e Gestão Pública, dentre outras atribuições previstas na sua regulamentação, por ato do Poder Executivo, compete:

**I** – coordenar a área de finanças e gestão pública;

**II** - normatizar as regras de funcionamento da Comissão Estadual de Licitação; e  
Página 18 de 29

**III** – coordenar e orientar a administração das empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.” (NR)

...

## **Subseção II**

### **Da Secretaria de Estado do Servidor e do Patrimônio Público**

“**Art. 62.** À Secretaria de Estado do Servidor e do Patrimônio Público, dentre outras atribuições previstas na sua regulamentação, por ato do Poder Executivo, compete:

...

**VIII** - planejar, coordenar e controlar os Recursos Humanos, Arquivo e Patrimônio Mobiliário; e

**IX**- elaborar, promover e coordenar a política de previdência social do servidor público.”

(NR)

## **Subseção III**

### **Da Secretaria de Estado de Modernização e Tecnologia da Informação**

“**Art. 62A.** À Secretaria de Estado de Modernização e Tecnologia da Informação, dentre outras atribuições previstas na sua regulamentação, por ato do Poder Executivo, compete:

**I** – coordenar e executar o processo de democratização do acesso à informação e aos serviços prestados pelo Estado;

**II** – propor e coordenar métodos de execução das políticas públicas para o desenvolvimento, modernização e racionalização da Administração Pública, através da tecnologia da informação;

**III** – assessorar e orientar a Administração Direta e Indireta nas questões relacionadas à tecnologia da informação;

**IV** – fomentar e difundir a utilização dos sistemas informatizados na Administração Pública;

**V** – dar suporte no atendimento às demandas das demais entidades do Estado;

**VI** – coordenar e supervisionar o processo de informatização dos órgãos e entidades do Poder Executivo; e

**VII**– elaborar e formular a política de reforma e modernização do Estado. (NR)

## **CAPÍTULO V**

### **Seção I**

#### **Do Desenvolvimento Humano e Inclusão Social**

##### **Subseção I**

##### **Da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Inclusão Social**

**“Art. 62B.** Compete à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Inclusão Social, dentre outras atribuições previstas na lei :

**I** - coordenar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Humano e Inclusão Social do Acre, envolvendo as organizações representativas da sociedade e as secretarias da área social;

**II** - promover a integração das ações do Governo no combate à exclusão social, através da articulação política e operacional das secretarias;

**III** - realizar pesquisas, prestar assessoria e realizar encontros de interesse das secretarias da área social do Governo, com o objetivo de melhorar a atuação do Governo;

**IV** - monitorar os indicadores sociais do Acre, realizando os ajustes necessários ao planejamento estratégico; e

**V** - Cumprir a função de ouvidoria do Governo para a área social.

**Parágrafo único.** A Defensoria Pública-Geral do Acre dará suporte às ações da Secretaria de que trata este artigo. ” (NR)

##### **Subseção II**

##### **Secretaria de Estado de Educação**

**“Art. 63.** Compete à Secretaria de Estado de Educação, dentre outras atribuições previstas na lei :

...

**VI** - fiscalizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino, público e particular, de ensino fundamental e médio;

**VII** – ofertar educação profissional adequada às necessidades de desenvolvimento sustentável do Estado; e

**VIII** – incentivar a expansão do Ensino Superior no Estado, estabelecendo parceria com outras instituições públicas.” (NR)

### **Subseção III**

#### **Da Secretaria de Estado de Saúde**

“**Art. 64.** Compete à Secretaria de Estado da Saúde, dentre outras atribuições previstas na lei:

...” (NR)

### **Subseção IV**

#### **Da Secretaria de Estado de Cidadania e Assistência Social**

“**Art. 67.** Compete à Secretaria de Estado de Cidadania e Assistência Social, dentre outras atribuições previstas na lei:

**I** - a prestação dos serviços necessários à execução das políticas públicas de assistência social;

**II** - estabelecer diretrizes e coordenar as ações em matéria de assistência social;

...” (NR)

## **Subseção V**

### **Da Secretaria de Comunicação**

“**Art. 67A.** À Secretaria de Comunicação, dentre outras atribuições legais, compete:

- I** - zelar pela imagem do Governo, observando os princípios de moralidade, publicidade e impessoalidade;
- II** - divulgar os atos e as realizações do Governo;
- III** - preparar a expedição de notas oficiais e comunicados para os meios de comunicação;
- IV** - programar as entrevistas coletivas e especiais do Governador e demais autoridades;
- V** – elaborar e executar a política oficial de comunicação do Governo, por administração direta ou contratação de veículos de comunicação e outros serviços de terceiros;
- VI** - coordenar as relações do Governo com os meios de comunicação;
- VII** - atender as demandas relativas à área de comunicação oriundas das secretarias;
- VIII** - elaborar e executar políticas de comunicação através dos serviços de radiodifusão, televisão e publicações; e
- IX** – gerenciar os veículos oficiais de comunicação do Estado.” (NR)

## **Subseção VI**

### **Da Secretaria Extraordinária da Mulher**

“**Art. 70A.** À Secretaria Extraordinária da Mulher, dentre outras atribuições legais, compete:

- I** – elaborar e articular a execução de políticas públicas orientadas para diminuir as desigualdades de gênero;
- II** – supervisionar e avaliar os aspectos relacionados às relações sociais de gênero contidas nos planos, programas e projetos das Secretarias e demais órgãos do Governo;
- III** – promover campanhas educativas direcionadas à promoção da equidade e dos direitos da mulher;

**IV** – apoiar a organização de grupos de mulheres destinados a reduzir as desigualdades de gênero; e

**V** – contribuir para a formação de gestores, técnicos e funcionários públicos que incorporem os conceitos de relações sociais de gênero.” (NR)

### **Subseção VIII**

#### **Da Secretaria Extraordinária da Juventude**

**Art. 70B.** À Secretaria Extraordinária da Juventude, dentre outras atribuições legais, compete:

- I** – elaborar e articular políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do protagonismo juvenil;
- II** – supervisionar e avaliar os aspectos relacionados à promoção da juventude contida nos planos, programas e projetos das Secretarias e demais órgãos do Governo;
- III** – promover campanhas educativas direcionadas ao protagonismo juvenil; e
- IV** – combater a exclusão social de jovens, através do apoio a organizações dedicadas ao esporte, lazer, educação e cultura.” (NR)

### **Subseção IX**

#### **Da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas**

“**Art. 70C.** À Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas, dentre outras atribuições legais, compete:

- I** - desenvolver ações visando a proteção e promoção da cultura dos povos indígenas que habitam o território acreano;
- II** – contribuir para a formulação de políticas sociais e de desenvolvimento sustentável do Governo, em harmonia com os saberes e tradições dos povos indígenas do Acre; e
- III** – assessorar e monitorar os programas e projetos das Secretarias e demais órgãos do Governo, para evitar possíveis impactos negativos aos povos indígenas.” (NR)

## **Subseção X**

### **Da Secretaria Extraordinária do Esporte**

“**Art.70D.** À Secretaria Extraordinária do Esporte, dentre outras atribuições legais, compete:

**I** – planejar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar planos e programas de incentivo ao esporte e lazer no Estado;

**II** – promover e executar o desporto e o lazer comunitário;

**III** – promover, executar e incentivar o intercâmbio desportivo em nível estadual, nacional e internacional; e

**IV** – estimular as iniciativas públicas e privadas destinadas ao desenvolvimento de atividades desportivas e de lazer que colaborem para a formação do cidadão.” (NR)

## **Seção II**

### **Da Infra-Estrutura e Integração**

#### **Subseção I**

#### **Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Integração**

“**Art. 71.** A Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Integração é o órgão da administração direta que tem por missão criar os meios necessários ao funcionamento do Estado, sendo responsável pelas obras públicas, urbanização, saneamento ambiental, abastecimento de água, vias urbanas e rodovias, programas de habitação popular, transportes, hidrovias, infra-estrutura aeroportuária, telecomunicações, energia, água e gás.” (NR)

“**Art. 72.** Compete à Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Integração, dentre outras atribuições definidas por ato do Poder Executivo:

... ” (NR)

#### **Subseção II**

#### **Secretaria de Estado de Obras Públicas**

**“Art. 72A.** Compete à Secretaria de Estado de Obras Públicas, dentre outras atribuições definidas em ato do Poder Executivo:

**I** – planejar, executar e controlar a realização de obras públicas;

**II** – planejar, executar e controlar a realização de obras de saneamento e urbanização;

**III** – elaborar, coordenar e planejar projetos técnicos das diversas obras públicas do Estado; e

**IV** – elaborar, coordenar e planejar estudos e levantamentos do patrimônio público.  
“(NR)

## **TÍTULO VI**

### **Da Extinção, Fusão, Absorção, Incorporação e Transformação de Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual**

**“Art. 75.** Ficam extintas as seguintes Secretarias:

**I** - Secretaria de Estado da Produção;

**II** – Gabinete Civil do Governador;

**III** – Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Turismo;

**IV** – Secretaria Executiva de Hidrovias e Aerovias;

**V** – Secretaria Executiva de Habitação;

**VI** – Secretaria Executiva de Agricultura;

**VII** – Secretaria Executiva de Pecuária;

**VIII** – Secretaria de Estado Extraordinária dos Direitos e do Desenvolvimento Humano; e

**IX** – Secretaria de Estado Extraordinária de Coordenação Institucional.

**Parágrafo único.** Na Administração Indireta fica extinto o Instituto Acreano de Pesquisas Econômicas e Sociais – IAPES e a Fundação Estadual de Planejamento e Economia Agrícola do Acre – FUNCEPA.” (NR)

**“Art. 76.** Ficam transformadas as seguintes Secretarias:

**I** - Secretaria de Estado de Administração e Recursos Humanos em Secretaria de Estado do Servidor e do Patrimônio Público;

**II** - Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação em Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico-Sustentável;

**III** - Secretaria de Estado de Saúde e Saneamento em Secretaria de Estado de Saúde;

**IV** – Secretaria de Estado da Fazenda em Secretaria de Estado de Finanças e Gestão Pública;

**V** – Secretaria de Estado de Infra-Estrutura em Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Integração;

**VI** – Secretaria de Estado, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente em Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais;

**VII** – Secretaria de Estado de Cidadania, do Trabalho e Assistência Social em Secretaria de Estado de Cidadania e Assistência Social;

**VIII** - Assessoria de Imprensa em Secretaria de Estado de Comunicação;

**IX** – Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo em Secretaria de Floresta;

**X** – Secretaria Executiva de Obras Públicas em Secretaria de Estado de Obras Públicas;

**XI** – Secretaria Executiva de Informática em Secretaria de Estado de Modernização e Tecnologia da Informação;

**XII** – Secretaria Executiva de Juventude em Secretaria Extraordinária da Juventude; e

**XIII** – Secretaria Executiva de Assistência Técnica e Garantia da Produção em Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural-Florestal.” (NR)

**“Art. 78.** A fim de atender às necessidades da nova estrutura organizacional instituída por esta lei, fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transferir ou utilizar as dotações orçamentárias dos órgãos extintos, transformados, absorvidos e incorporados por esta lei, observados os mesmos projetos, sub-projetos, atividades e sub-atividades previstos na Lei Orçamentária anual para o exercício de 2003.

...” (NR)

## **TÍTULO VII**

### **Das Disposições Gerais**

“**Art. 80.** Fica o Governador do Estado autorizado a instalar, em caráter especial, até duas Secretarias de Estado de Natureza Extraordinária para condução de assuntos ou programas estratégicos, de interesse público.” (NR)

“**Art. 80A.** Fica autorizado o Poder Executivo a criar as autarquias denominadas “Agência de Assistência Técnica e Garantia da Produção” e “Agência Estadual de Florestas e Extrativismo”, com estrutura, organização e competências definidas em lei, que poderá ser qualificada como Agência Executiva.” (NR)

...

“**Art. 84A.** O Departamento de Estradas de Rodagem assumirá as atribuições relativas à Secretaria Executiva de Hidrovias e Aerovias, a serem regulamentadas por ato do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** Fica autorizado o Poder Executivo a criar na estrutura organizacional do DERACRE as Gerências necessárias ao cumprimento das novas atribuições descritas no *caput* deste artigo.” (NR)

“**Art. 85.** Os cargos de natureza política são os do Grupo de Direção e Gerência Superior da Administração Direta e Indireta, compreendidos os de Secretário de Estado, Procurador-Geral do Estado, Secretário Adjunto, Chefe do Gabinete Militar, Comandante-Geral da Polícia Militar, Comandante do Corpo de Bombeiros Militar, Presidente e Diretor de Autarquias e Fundações, ficando criados conforme previsto nesta lei.” (NR)

...

“**Art. 87.** Os cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superior (DAS) ficam transformados em Gerências, na quantidade, simbologia, escalonamento e remuneração previstos nesta lei.” (NR)

...

“**Art. 89.** A remuneração das Gerências e Funções de Confiança-FC passará a ser reajustada nas mesmas datas e índices concedidos aos servidores efetivos do Poder Executivo Estadual.” (NR)

**“Art. 90.** Os cargos comissionados de Gerência serão escalonados em cinco níveis: G-1, G-2, G-3, G-4 e G-5, e a eles corresponderá, respectivamente a remuneração de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais), R\$ 2.000,00(dois mil reais), , R\$ 3.000,00 (três mil reais), R\$ 4.000,00(quatro mil reais) e R\$ 5.000,00(cinco mil reais), nas seguintes quantidades: 201, 102, 103, 66 e 40, respectivamente.

**Parágrafo único.** Fica o Chefe do Poder Executivo Estadual autorizado a acrescentar o número de cargos comissionados estabelecidos no *caput* deste artigo em até trinta por cento, atendidos os princípios da conveniência e oportunidade.” (NR)

...

**“Art. 92.** Ficam transformadas em Funções de Confiança-FC as Funções Gratificadas-FG, que serão exercidas, exclusivamente, por servidores ocupantes de cargo efetivo do respectivo órgão ou entidade da Administração Direta e Indireta, e seus provimentos serão disciplinados por Decreto do Poder Executivo, no prazo de noventa dias, contados a partir da publicação desta lei.

**Parágrafo único.** As Funções de Confiança-FC de que trata o *caput* deste artigo serão escalonadas em seis níveis: FC-1, FC-2, FC-3, FC-4, FC-5 e FC-6 e a elas corresponderão, respectivamente os valores de R\$ 100,00(cem reais), R\$ 200,00 (duzentos reais), R\$ 300,00(trezentos reais), R\$ 400,00(quatrocentos reais), R\$ 500,00(quinhentos reais) e R\$ 1.000,00(mil reais).“(NR)

**“Art. 93.** A criação de cargos comissionados e Funções de Confiança, assim como o aumento de remuneração na Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, dependerá de lei de iniciativa do Governador do Estado.” (NR)

...

**“Art. 100.** Os cargos e seus titulares da Administração Direta, das Autarquias e Fundações extintas, fundidas, absorvidas, incorporadas ou transformadas poderão ser remanejados para outros órgãos do mesmo Poder, observados sempre os interesses da Administração.

**Parágrafo único.** O acervo patrimonial dos órgãos e entidades de que tratam os arts. 75 a 77 será transferido para os órgãos que tiverem absorvido as correspondentes atribuições.” (NR)

...

**“Art. 103.** As Secretarias de Estado de Organização e Modernização, de Planejamento e Desenvolvimento Econômico-Sustentável e de Finanças e Gestão Pública serão responsáveis pelo planejamento, programação e execução da implantação das disposições desta lei, observando:

...” (NR)

**“Art. 105.** Os estatutos, regulamentos e regimentos internos dos órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações serão aprovados mediante decreto governamental, após apreciação técnica da Secretaria de Estado do Servidor e do Patrimônio Público, ouvida a Procuradoria-Geral do Estado.” (NR)

**Art. 2º** Fica o Poder Executivo autorizado a dispor em decreto sobre o desdobramento, a denominação e as especificações das unidades componentes da Administração Pública decorrentes das alterações da Lei Complementar n. 63/99, bem como das regulamentações necessárias à perfeita execução da presente lei.

**Art. 3º** Ficam revogados os §§ 2º e 6º do art. 41; arts. 49, 51 e 52; incisos XIII e XIV do art. 64; arts. 65 e 66; incisos VI, VIII e IX do art. 67; arts. 68, 69 e 70; parágrafo único do art. 71; arts. 73, 74, 82 e parágrafo único do art. 84 da Lei Complementar n. 63, de 13 de janeiro de 1999.

**Rio Branco, 31 de dezembro de 2002, 113º da República, 99º do Tratado de Petrópolis e 40º do Estado do Acre.**

**JORGE VIANA**

**Governador do Estado do Acre**